Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Planejamento e programação local em saúde: intervenção sobre a baixa cobertura vacinal em território distrital

Local health planning and programming: intervention on low vaccination coverage in district territory

Planificación y programación local en salud: intervención sobre la baja cobertura de vacunación en un territorio distrital

Filipe Chagas Vieira[1], Marcele Jerônimo Santana[1], Janaína Kalline de Oliveira[1], Mariluce Karla Bomfim de Souza[1], Cristiane Abdon Nunes[1], Ana Rita Clemente Santana Conceição[2].

RESUMO

Objetivo: Relatar a experiência sobre o uso do Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS) para a intervenção sobre a baixa cobertura vacinal em um território distrital da capital baiana. **Relato de experiência:** Trata-se de um relato de experiência vivenciado em 2023 por três residentes do primeiro ano dos Cursos de Especialização em Saúde Coletiva, sob forma de Residência, com áreas de concentração em Planejamento e Gestão em Saúde e em Epidemiologia nos Serviços de Saúde, sob acompanhamento de duas docentes e uma profissional do serviço. A experiência está apresentada em três momentos: elaboração da árvore de problema; escolha do objeto de intervenção; implementação da ação. A estratégia escolhida foi a mobilização nas escolas, criando a iniciativa "Escola Amiga da Vacina", com base no desenho da análise de viabilidade com descrição das ações, facilidades, dificuldades e estratégias. Após a intervenção, foi realizado o compartilhamento da experiência em sala de aula, para reflexão sobre a articulação teórico-prática e a importância do planejamento e programação para as ações em saúde no processo formativo. **Considerações finais:** A experiência contribuiu significativamente para a ampliação do conhecimento e compreensão da aplicabilidade do PPLS, além do desenvolvimento de habilidades para interagir com outros atores no território.

Palavras-chave: Planejamento em saúde, Saúde pública, Capacitação de recursos humanos em saúde, Cobertura vacinal.

ABSTRACT

Objective: To report the experience of using Local Health Planning and Programming (LHPP) as an intervention to address low vaccination coverage in a district territory of the capital of the state of Bahia**.** **Experience report:** This is an experience report carried out in 2023 by three first-year residents of the Specialization Courses in Collective Health, in the form of a residency program, with areas of concentration in Health Planning and Management and in Epidemiology in Health Services, under the supervision of two faculty members and one service professional. The experience is presented in three stages: development of the problem tree; selection of the object of intervention; and implementation of the action. The chosen strategy was mobilization in schools, creating the initiative "Vaccine-Friendly School," based on the design of the

[1] Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA, Salvador – BA.
[2] Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, Salvador – BA.

SUBMETIDO EM: 10/2025 | ACEITO EM: 11/2025 | PUBLICADO EM: 1/2026

feasibility analysis with a description of actions, facilitators, barriers, and strategies. After the intervention, the experience was shared in the classroom to reflect on the theory–practice articulation and the importance of planning and programming for health actions in the training process. **Final considerations:** The experience significantly contributed to expanding knowledge and understanding of the applicability of LHPP, as well as to the development of skills to interact with other stakeholders in the territory.

Keywords: Health planning, Public health, Training of human resources in health, Vaccination coverage.

RESUMEN

Objetivo: Informar sobre la experiencia de la aplicación de la Planificación y Programación Local en Salud (PPLS) para abordar la baja cobertura de vacunación en un distrito de la capital de Bahía. **Informe de experiencia:** Este informe de experiencia, realizado en 2023 por tres estudiantes de primer año de la Especialización en Salud Pública (modalidad de residencia), con especialización en Planificación y Gestión en Salud y en Epidemiología en Servicios de Salud, bajo la supervisión de dos profesores y un profesional del servicio, describe la experiencia. La experiencia se presenta en tres etapas: elaboración del árbol del problema; selección del objeto de intervención; e implementación de la acción. La estrategia elegida fue la movilización en las escuelas, mediante la creación de la iniciativa "Escuela Amigable con las Vacunas", basada en un análisis de viabilidad que describió las acciones, los recursos, las dificultades y las estrategias. Tras la intervención, se compartió la experiencia en el aula para reflexionar sobre la articulación teórico-práctica y la importancia de la planificación y programación para las acciones de salud en el proceso de formación. **Consideraciones finales:** La experiencia contribuyó significativamente a ampliar el conocimiento y la comprensión de la aplicabilidad del PPLS, así como a desarrollar habilidades para interactuar con otros actores en el territorio.

Palabras clave: Planificación en salud, Salud pública, Capacitación de recursos humanos en salud, Cobertura de vacunación.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil foi estabelecido em 18 de setembro de 1973 pelo Ministério da Saúde e oficializado pela Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. O PNI tem o papel de definir a política de vacinação do país, incluindo o Calendário Nacional de Vacinação, aquisição de imunobiológicos e distribuição nas salas de vacinação da rede pública. Além disso, normatiza as indicações e recomendações da vacinação em todo o território nacional (BRASIL, 1975; NOBRE R, et al., 2022).

A hesitação vacinal tem se fortalecido, ocasionando redução das coberturas vacinais e retorno das doenças graves já erradicadas ou controladas no Brasil, impulsionando os gestores e pesquisadores a buscarem possíveis explicações para o cenário, sendo imprescindível, a mobilização de estratégias para fortalecimento do PNI (SATO APS, 2018; NASCIMENTO LMD, et al., 2024).

No que tange ao cenário dos problemas de saúde da população brasileira, no ano de 2023 foi enfatizado, em nível nacional, a baixa cobertura vacinal de crianças e adolescentes por parte dos estados brasileiros, mesmo ano em que o PNI completava seus 50 anos, demandando ao país, referência nesse quesito, a criação de metas e estratégias para reverter o que até então caracterizava o cenário atual (DOMINGUES CMAS e TEIXEIRA AMS, 2013; PÉRCIO J, et al., 2023).

Neste contexto, o problema da baixa cobertura vacinal foi estabelecido como prioridade para intervenção nos territórios, requerendo dos serviços um processo de planejamento para (re) organização das suas ações. O planejamento demanda uma série de ações que devem ser pensadas de modo prévio, tendo como objetivo direcionar o alcance das metas e atenuar o risco de improvisação das atividades propostas. Desse modo, pode-se afirmar que o ato de planejar em saúde consiste em desenhar, executar e acompanhar as proposições com vistas à intervenção diante de uma situação que parte da realidade em que os atores estão inseridos (ROCHA AARM e SOUZA MKB, 2018; TEIXEIRA CF, 2010).

As ações de planejamento em saúde podem ser desenvolvidas a partir da aplicação de métodos e técnicas que contribuem para uma análise qualificada dos problemas a serem enfrentados e a elaboração e execução de planos de intervenção. A proposta metodológica do Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS) envolve a dimensão político-gerencial aplicada a execução de ações para enfrentamento das adversidades relacionadas aos problemas dos serviços e aos problemas e necessidades de saúde da população, priorizados a partir da perspectiva da comunidade inserida no território (VILASBÔAS ALQ, 2004).

Para o desenvolvimento do PPLS é necessário seguir alguns momentos dentre os quais, realizar a análise da situação de saúde para identificar os problemas atuais e que possam surgir; definir prioridades de intervenção; descrever e explicar os problemas priorizados; realizar a análise de viabilidade das ações planejadas e elaborar a programação detalhada das ações a serem implementadas, elencando os responsáveis pelo desenvolvimento destas ações, bem como indicadores para avaliação e monitoramento das mesmas, assim como os resultados obtidos (VILASBÔAS ALQ, 2004).

No município de Salvador, os territórios distritais constituem campos de estágio para as Residências multiprofissionais em Saúde Coletiva, o que caracteriza a relação instituição de ensino/Universidade e serviço, destacando o compromisso daquela, com a formação de profissionais qualificados para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), possibilitando desenvolver estratégias para enfrentar os problemas relacionados aos serviços de saúde e o estado de saúde da população (SOARES CLM, et al., 2018; SALVADOR, 2023b).

Assim, este artigo teve por objetivo relatar a experiência sobre o uso do Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS) para a intervenção sobre o problema da baixa cobertura vacinal em um território distrital da capital baiana.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciado por três residentes do primeiro ano dos Cursos de Especialização em Saúde Coletiva sob forma de Residência, multiprofissional, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA), com áreas de concentração em Planejamento e Gestão em Saúde e em Epidemiologia nos Serviços de Saúde. A experiência ocorreu no contexto das atividades práticas de estágio desenvolvidas em um dos Distritos Sanitários (DS) do município de Salvador (BA), entre os meses de agosto e outubro de 2023, sob acompanhamento da preceptora/ profissional do serviço e da docente supervisora, bem como, no contexto das atividades teóricas, sob orientação de outra docente.

A metodologia adotada parte da articulação entre teoria e prática, eixo estruturante da formação em residência, e se ancora no conteúdo do componente curricular (CC) do Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS). A partir da proposta pedagógica do curso, os residentes foram instigados pela docente do CC a identificar, no território de atuação, um problema de saúde relevante que pudesse ser analisado e abordado com base nos referenciais teóricos do planejamento em saúde. Esse processo foi construído de forma dialogada entre os residentes, docentes e preceptora do serviço.

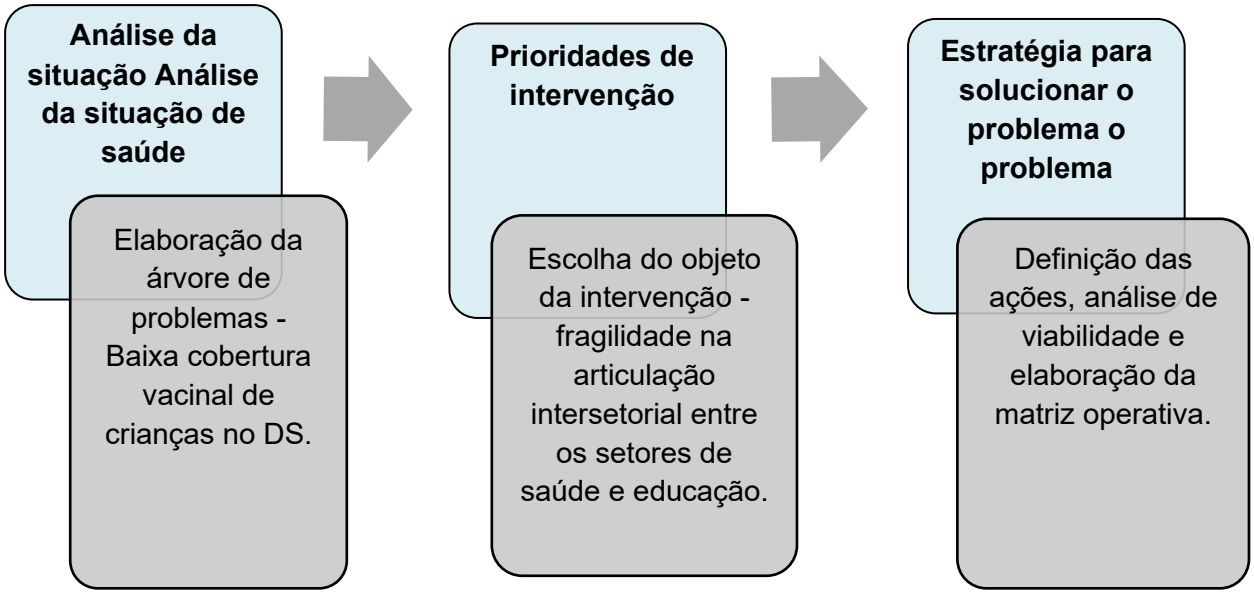
Os residentes receberam orientações da docente responsável, sendo estabelecido como ponto de partida para a relação entre o conteúdo teórico e a vivência prática no estágio, a identificação de um problema de saúde na população ou dos serviços/dispositivos que compõem a Rede de Atenção à Saúde do território onde as atividades de estágio/trabalho da residência foram realizadas. A escolha do problema prioritário teve como ponto de partida a discussão sobre baixa cobertura vacinal, especialmente em crianças e adolescentes, uma prioridade apontada pelo Ministério da Saúde e reforçada pela equipe de vigilância em saúde do DS.

Com base na definição do problema, os residentes iniciaram um processo de levantamento de dados e informações, de acesso público, por meio da análise de documentos institucionais (ex. Plano Municipal de Saúde 2022-2025), revisão de literatura e consulta a sistemas de informação em saúde (SALVADOR, 2021; SALVADOR, 2023a), especialmente foram considerados o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI).

O referencial metodológico do PPLS foi utilizado para orientar a análise situacional e o planejamento da intervenção. A partir da construção da árvore de problemas, foram definidos os objetivos, as ações e as estratégias de enfrentamento. A estratégia adotada para intervir sobre o problema consistiu na mobilização a partir da articulação intersetorial entre os setores de saúde e educação, considerando a atuação conjunta no território e o Programa Saúde na Escola (PSE) como dispositivo de apoio para ampliação da cobertura vacinal.

Assim, a experiência segue apresentada em três momentos - elaboração da árvore de problema; escolha do objeto de intervenção; implementação da ação - e, pode ser discutida a partir da sua correlação com os momentos do PPLS, conforme apresentação (**Figura 1**) e descrição a seguir.

Figura 1 - Etapas da intervenção e correlação com os momentos do Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS).



Fonte: Vieira FC, et al., 2026.

Elaboração da árvore de problema

O ponto de partida consistiu na escolha de dois problemas identificados a partir da inserção no Distrito Sanitário - um problema relativo ao estado de saúde da população e outro referente à organização e/ou funcionamento dos serviços de saúde - e destes escolher um para focar no PPLS.

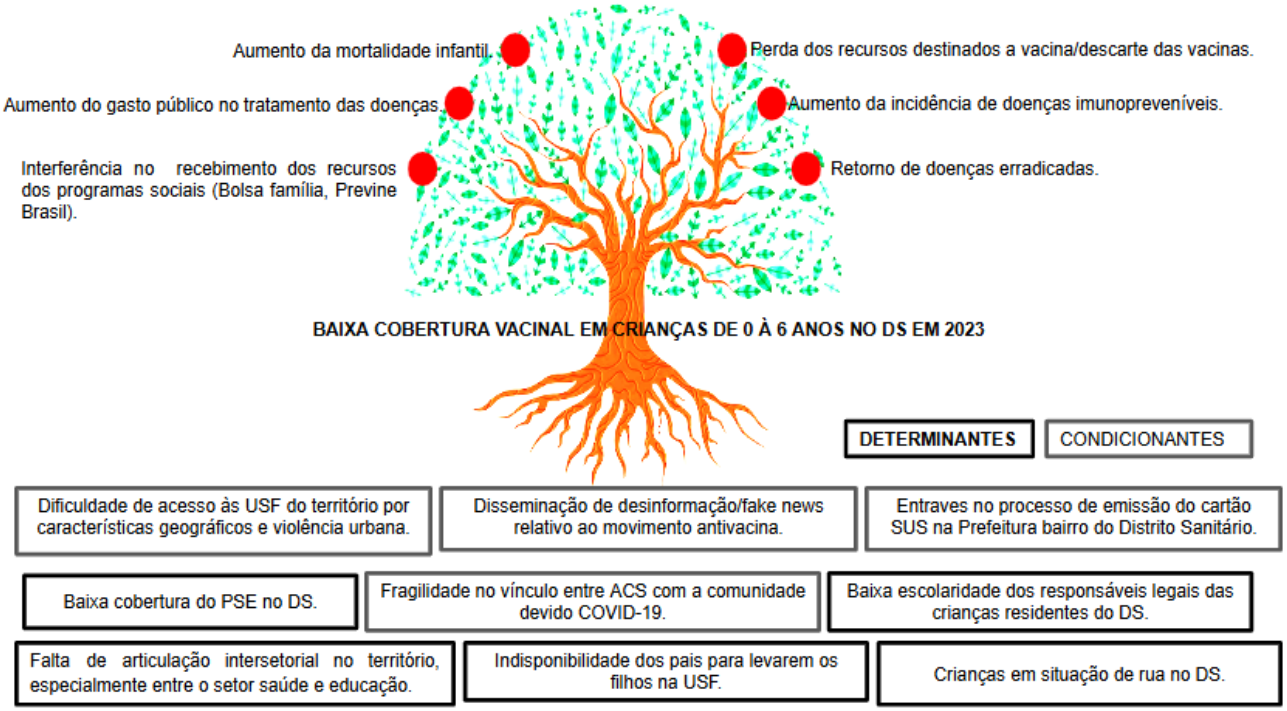
Sobre o problema de estado de saúde, o grupo de residentes identificou e definiu sobre o aumento da incidência de sífilis no território nos últimos anos. Quanto ao problema de serviços de saúde, a necessidade por ampliar as coberturas vacinais entre as crianças de 0 a 15 anos residentes da área foi identificada como desafio organizacional.

Esses problemas foram discutidos com a preceptoria, as supervisões docentes e a partir dos critérios de relevância, urgência e factibilidade, optou-se por priorizar a baixa cobertura vacinal entre crianças de 0 a 6 anos, considerando sua atualidade, o contexto das campanhas de vacinação e a meta estabelecida na Programação Operacional Anual - POA 2023 de alcançar 80% de cobertura vacinal em crianças menores de dois anos para vacinas como Pentavalente, Pneumocócica 10 valente, Poliomielite e Tríplice Viral (TEIXEIRA CF, 2010; SALVADOR, 2023c).

A partir da Análise da situação de saúde foi elaborada a árvore de problemas (**Figura 2**), que é uma simplificação do fluxograma situacional criado por Matus (1993) e tem como intuito explicar o problema (representado pelo “tronco”), as possíveis causas (representadas pelas “raízes”) e suas consequências (representadas pelos “galhos”, “folhas” e “frutos”).

As causas foram divididas em condicionantes e determinantes em saúde, para esta etapa foi seguido o conceito de que condicionantes seriam as situações que levariam de forma direta ao problema enquanto os determinantes seriam as situações que se relacionavam com o problema de forma indireta (MATUS C, 1993; NUNES F, et al., 2017).

Figura 2 - Árvore de problema elaborada a partir da análise situacional sobre a vacinação de crianças de 0 a 6 anos no Distrito Sanitário de Salvador, em 2023.



Nota: Imagem da árvore: Google imagens.
Fonte: Vieira FC, et al., 2026.

Escolha do Objeto de Intervenção

O objetivo geral foi definido a partir da positivação do problema central, enquanto o objetivo específico derivou da escolha de uma das causas presentes na árvore do problema. A causa selecionada para a implementação de um plano de intervenção foi a fragilidade na articulação intersetorial, especialmente entre os setores de saúde e educação.

Assim, delimitou-se como objetivo geral do PPLS ampliar a cobertura vacinal das crianças residentes no Distrito Sanitário em 2023, quanto ao objetivo específico visava implementar estratégias de mobilização para promover uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação.

Análise de viabilidade das ações e programação operativa

Elegeu-se uma das causas do problema como atividade de intervenção a ser desenvolvida no território, qual seja a mobilização sobre a importância da vacinação em escolas públicas e privadas no distrito, nomeada como “Escola Amiga da Vacina”. Assim, foi elaborada a análise de viabilidade com a definição das ações, facilidades, dificuldades e estratégias de superação das dificuldades.

Reconhecendo a natureza multifatorial da baixa cobertura vacinal e a necessidade de envolvimento de diversos atores sociais, os residentes propuseram na análise de viabilidade (**Quadro 1**) e programação operativa do PPLS, a realização de duas ações: 1) o mapeamento das escolas públicas e privadas; e 2) um encontro de sensibilização com os representantes das instituições de ensino do território. Quanto ao mapeamento, a proposta de levantamento dos dados foi conduzida por meio de formulário online, consultas no Google e nos portais das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Quadro 1 - Análise de viabilidade e desenho das estratégias de ação do PPLS.

Objetivo Específico	Ações	Facilidades	Dificuldades	Estratégias
Implementar estratégias de mobilização que promovam uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação, com o intuito de aumentar a adesão à vacinação.	1. Mapear e caracterizar as escolas do Distrito Sanitário. 2. Realizar reunião ampliada entre os técnicos de referência de saúde do DS e representantes das Escolas do território visando a sensibilização quanto à temática da vacinação.	Acesso aos sistemas de informação. As experiências do setor de educação podem auxiliar no processo de conscientização sobre as vacinas que sejam acessíveis e compreensíveis para as crianças. As escolas possuem uma aproximação com os responsáveis legais das crianças, possibilitando um diálogo ampliado quanto à temática. Participação da comunidade, representada pelo conselho local de saúde, no levantamento das propostas de intervenção.	No processo de levantamento de dados que permitem a caracterização e comunicação com os representantes das escolas. Espaço físico para realização do encontro. Dificuldades no processo de definição de profissionais para compor a mesa de abertura do encontro em decorrência de indisponibilidade de horário Curto período de tempo para desenvolvimento das ações a serem implementadas.	Criar formulário para coletar os dados referente às escolas do DS. Buscar parcerias com escolas, universidades, ou outras instituições que possam fornecer um espaço adequado para as reuniões. Flexibilizar o horário do encontro para acomodar as agendas dos atores envolvidos. Priorizar a identificação de ações que possam ser implementadas em curto prazo.

Fonte: Vieira FC, et al., 2026.

Algumas das dificuldades identificadas na análise de viabilidade podem ser citadas, por exemplo, houve dificuldade na escolha de um participante para compor a mesa de abertura do encontro e na seleção de um espaço físico que comportasse o público estimado, abrangendo a acessibilidade das pessoas com restrição de mobilidade. Destaca-se que algumas das dificuldades previstas não se materializaram na prática. Após a realização da análise de viabilidade das ações definidas foi realizada a descrição das atividades necessárias

para a execução de cada ação, nomeando os respectivos responsáveis e prazos/período para execução e, portanto, caracterizando a programação operativa (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Programação Operativa PPLS.

Objetivo específico	Ação	Atividade	Responsável	Período para execução
Implementar estratégias de mobilização que promovam uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação, com o intuito de aumentar a adesão à vacinação.	Mapear e caracterizar as escolas do Distrito Sanitário.	Elaboração de formulário do Google Forms para levantamento dos dados acerca das escolas públicas e privadas do DS, destacando as que possuem o Programa Saúde na Escola – PSE.	Chefia da Informação / Vigilância Epidemiológica – VIEP e Residentes do DS.	30/08/2023 a 20/09/2023
Implementar estratégias de mobilização que promovam uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação, com o intuito de aumentar a adesão à vacinação.	Mapear e caracterizar as escolas do Distrito Sanitário.	Encaminhamento do formulário para as instituições por meio dos endereços de e-mails disponíveis na internet.	Chefia da Informação / Vigilância Epidemiológica – VIEP e Residentes do DS.	30/08/2023 a 20/09/2023
Implementar estratégias de mobilização que promovam uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação, com o intuito de aumentar a adesão à vacinação.	Realizar reunião ampliada visando a sensibilização quanto à temática da vacinação, em parceria entre o DS e representantes das escolas do território.	Envio de convites formais para os participantes da reunião, incluindo a agenda e os objetivos da reunião. Solicitar a confirmação de presença para garantir a participação.	Chefia da Informação / Vigilância Epidemiológica – VIEP e Residentes do DS.	30/08/2023 a 20/09/2023
Implementar estratégias de mobilização que promovam uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação, com o intuito de aumentar a adesão à vacinação.	Realizar reunião ampliada visando a sensibilização quanto à temática da vacinação, em parceria entre o DS e representantes das escolas do território.	Elaboração da programação da reunião, incluindo os tópicos a serem discutidos, como a importância da vacinação, verdades e fatos sobre as vacinas, além do fomento de estratégias para colaboração entre escolas e o setor saúde.	Chefia da Informação / Vigilância Epidemiológica – VIEP e Residentes do DS.	30/08/2023 a 20/09/2023
Implementar estratégias de mobilização que promovam uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação, com o intuito de aumentar a adesão à vacinação.	Realizar reunião ampliada visando a sensibilização quanto à temática da vacinação, em parceria entre o DS e representantes das escolas do território.	Identificação de ações específicas que as escolas possam desenvolver para promover a vacinação entre as crianças de 0 a 6 anos.	Chefia da Informação / Vigilância Epidemiológica – VIEP e Residentes do DS.	30/08/2023 a 20/09/2023

Fonte: Vieira FC, et al., 2026.

O processo de programação das ações demanda o detalhamento das atividades necessárias para que cada ação se concretize, tendo em vista a organização lógica e temporal das mesmas, com a definição dos responsáveis, recursos envolvidos e prazos de execução.

A elaboração da matriz operativa, descrevendo os atores envolvidos, prazos e período para execução foi fundamental para realização da atividade conforme previsto e em tempo oportuno. Entretanto, apesar do planejamento inicial, foi necessário reavaliar a programação operativa e realizar os ajustes necessários frente aos atravessamentos/dificuldades que surgiram no desenvolvimento das atividades.

Implementação da Ação

A implementação da ação proposta ou a intervenção propriamente dita ocorreu no dia 20 de setembro, em espaço cedido, com participação de representantes das escolas, das unidades de saúde e do conselho distrital de saúde.

Estiveram presentes aproximadamente 30 participantes - técnicos de referência, gerentes das Unidades de Saúde, profissionais de saúde, Residentes de Saúde Coletiva, representantes do Conselho Local de Saúde e das Escolas públicas e privadas do território. A ação planejada ocorreu com apoio da Escola Bahiana de Saúde Pública.

O encontro teve como objetivo fomentar a sensibilização dos participantes quanto a necessidade do desenvolvimento de estratégias para ampliar a cobertura vacinal das crianças do território. A metodologia utilizada no dia do evento foi previamente estabelecida em conjunto com a supervisora e preceptora da residência, ficando acordado que a atividade teria uma sequência de ações.

Inicialmente os/as convidados/as foram acolhidos/as com a exibição da canção “O sal da terra” de Beto Guedes; em seguida ocorreu a exposição da atividade pela preceptora que abordou sobre principais marcos históricos da vacinação, enfatizando seu impacto social e a necessidade de uma maior cooperação entre os setores de saúde e educação para ampliação das coberturas vacinais com posterior exposição do vídeo “50 anos do PNI: Conheça a história do Programa que é exemplo para vários países”.

Dando prosseguimento a ação, foi realizada dinâmica pelos residentes para desmistificar mitos e esclarecer os fatos sobre as vacinas e, por fim, foi realizado momento reflexivo, incentivando os participantes a compartilharem estratégias para enfrentamento do problema por meio da articulação entre os setores da saúde e educação. Tais estratégias foram registradas pelos residentes e constituíram o produto do encontro.

Após a intervenção, como última atividade proposta através da articulação teórico-prática, ocorreu o compartilhamento do PPLS, em sala de aula, por meio de apresentação em *PowerPoint* com os residentes e a docente da atividade teórica sobre planejamento.

Durante essa sessão, foram destacadas as dificuldades e potencialidades identificadas no processo de execução das atividades, além disso, foram abordados o impacto entre a articulação teórico-prática da temática no processo formativo do residente e a perspectiva de produzir um produto aplicável ao campo de prática, capaz de transformar um cenário desfavorável que afeta o território.

DISCUSSÃO

A experiência apresentada aqui considerou importantes aspectos para discussão, desde a definição do problema, a delimitação dos objetivos, as reflexões sobre o processo de análise de viabilidade, que deve levar em conta os recursos, as dificuldades, as fragilidades e as estratégias para a organização e desenvolvimento das ações, destacando-se a flexibilidade do processo de planejamento para reorientar e corrigir rumos, e atentando-se aos atores/sujeitos envolvidos.

Um problema não deve ser reduzido a uma expressão biológica ou individual do sujeito, mas pode ser caracterizado como um cenário indesejado com factibilidade de ser modificado mediante a intervenção de uma realidade ou estratégia favorável. Para a definição de um problema, se faz preciso envolver diversos atores implicados no enfrentamento da adversidade em seu ambiente cotidiano, que exige uma abordagem

complexa, por intermédio da priorização de ações relacionadas aos aspectos individuais e coletivos (ARTMANN E, 2000; CZERESNIA D e FREITAS CM, 2009).

O objetivo geral do PPLS consistiu em ampliar a cobertura vacinal das crianças residentes no Distrito Sanitário em 2023. O objetivo específico visava implementar estratégias de mobilização para promover uma parceria eficaz entre os serviços de saúde e educação, com o propósito de atenuar a hesitação vacinal e aumentar a adesão à vacinação levando em consideração o proposto pelo Ministério da Saúde no Caderno temático do PSE - Verificação da situação vacinal (BRASIL, 2022).

A escolha do objetivo específico sustentou-se na compreensão de que a população-alvo, em sua maioria, frequenta as escolas. Por sua vez, os educadores, por estarem mais vinculados aos responsáveis legais das crianças possuíam maior experiência no desenvolvimento de ações que abordassem a temática com linguagem e métodos de fácil compreensão para o grupo (BRASIL, 2022).

A análise de viabilidade é imprescindível e deve levar em conta, além dos recursos econômicos, os recursos de poder existentes para conferir viabilidade ao processo de mudança. No enfoque situacional, o planejamento é realizado por atores que possuem interesses específicos e visões distintas da realidade. Cada perspectiva estará influenciada, condicionada e limitada pela situação particular de cada ator, uma vez que cada um está inserido em uma realidade concreta onde existem outros atores, inclusive adversários, que também fazem planejamentos. Dessa forma, o planejamento deve ser realizado em conjunto com a perspectiva política como forma de lidar com as resistências que outras forças presentes na realidade possam representar (ARTMANN E, 2000; MATUS C, 1993).

A análise de viabilidade foi fundamental para o processo de organização das ações propostas, pois possibilitou a identificação de potenciais dificuldades durante a execução das atividades e propiciar aos envolvidos no planejamento antever fragilidades, permitindo o estabelecimento de estratégias para minimizar improvisos, conforme destacado por De Araújo LVF, et al. (2021) em estudo que buscou descrever as experiências do ensino aprendizagem desenvolvida por discentes do curso de medicina na elaboração de um Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS) em uma comunidade adscrita na Unidade de Saúde da Família.

A flexibilidade do processo de planejamento que permite retornar ao plano ou programação em curso e fazer a correção de rumos, quando necessário, é uma das características presentes na metodologia do PPLS, por sua vez, inspirada nos princípios do Planejamento estratégico situacional de Carlos Matus, que ressalta a ideia de “momentos” indicando um processo contínuo sem início ou fim determinados, e portanto, passível de ajustes a qualquer tempo, em contraposição a ideia de “etapas”, como algo rígido e estanque (MATUS C, 1993; AZEVEDO CS, 1992).

Importante destacar que o ambiente escolar pode ser potente para a implementação de ações voltadas para promoção da saúde e para prevenção de doenças e danos à saúde. A conexão entre a instituição educacional e a unidade de saúde, caracteriza-se como um dos elementos das diretrizes do Programa Saúde na Escola, do Ministério da Saúde. Nesse sentido, os profissionais da educação e da saúde, de modo articulado e constante contribuem para o fortalecimento da promoção da saúde entre os alunos, professores e funcionários das escolas, possibilitando, também, o alcance de toda a família (BRASIL, 2015).

O Caderno temático do Programa Saúde na Escola - “Verificação da situação vacinal”, apresenta que o cenário escolar é um local crucial para a verificação do estado de vacinação, incentivando a saúde e a prevenção de enfermidades que podem ser evitadas por imunização. Quando tais iniciativas são conduzidas em colaboração com diversos sujeitos - profissionais de saúde e educação, demais membros da comunidade – observa-se o fortalecimento de laços e a criação de compromisso entre as partes envolvidas, de modo a auxiliar na conquista das metas de cobertura vacinal e na preservação da qualidade de vida (BRASIL, 2022).

Enquanto considerações finais, destaca-se que a implementação de um planejamento estratégico é essencial para a formulação de ações mais eficazes na área da saúde. Esse processo permite a identificação precisa de problemas, prioridades, objetivos e estratégias específicas para cada contexto. O desenvolvimento do PPLS com base na temática da cobertura vacinal permitiu o estreitamento entre os setores saúde e

educação propiciando uma interlocução de saberes, o que poderá facilitar a utilização de estratégias para aumentar a cobertura vacinal do público-alvo. O trabalho desenvolvido mostrou-se de grande relevância, proporcionando uma aplicação prática e aprofundada do método do PPLS, mediada pelas docentes, através de atividades teóricas e atividades práticas, e com acompanhamento da preceptora/profissional do serviço. Esse processo contribuiu significativamente para a ampliação do conhecimento e compreensão detalhada de sua aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

1. ARTAMNN, E. O planejamento estratégico situacional no nível local: um instrumento a favor da visão multissetorial. Cadernos da Oficina Social, 2000; 3(98): 119.
2. AZEVEDO CS. Planejamento e Gerência no enfoque estratégico-situacional de Carlos Matus. Cadernos de Saúde Pública, 1992; 8(2):129-133.
3. BRASIL. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, sobre o programa nacional de imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1975. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/husm-ufsm/governanca/superintendencia/setor-de-gestao-da-qualidade/nveh/legislacao/lei_6259.pdf/view. Acessado em: 19 de junho de 2024.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno temático do Programa Saúde na Escola: verificação da situação vacinal [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_tematico_pse_situacao_vacinal.pdf. Acessado em: 19 de junho de 2024.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Caderno do gestor do PSE. Brasília, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf. Acessado em: 19 de junho de 2024.
6. CZERESNIA D, FREITAS CM. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA D e FREITAS CM, orgs. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
7. DE ARAÚJO LVF, et al. Planejamento e programação local em saúde como metodologia de ensino-aprendizagem no curso de medicina. Saúde. Com, 2021; 17(1): 2106-2115.
8. DOMINGUES CMA, TEIXEIRA AMS. Coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil no período 1982-2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunizações. Epidemiol. Serv. Saúde, 2013; 22(1): 9-27.
9. MATUS C. Planificación, libertad y conflicto. Caracas: Ediciones Iveplan, 1985. MATUS C. Política, planificação e governo. Brasília: IPEA, 1993.
10. NASCIMENTO LMD, et al. Estratégia do Ministério da Saúde do Brasil para aumento das coberturas vacinais nas fronteiras. Rev Panam Salud Publica. 2024;48.
11. NOBRE R, et al. Hesitação e recusa vacinal em países com sistemas universais de saúde: uma revisão integrativa sobre seus efeitos. Saúde em Debate, 2022; 46(spe1): 303-321.
12. NUNES FILHO HR, et al. Desenvolvimento de ações de promoção da saúde na USF Sobradinho I: relato de experiência da operacionalização de um planejamento e programação local em saúde. Revista de Saúde Coletiva da UEFS, 2017; 7(2): 13-20.
13. PÉRCIO J, et al. 50 years of the Brazilian National Immunization Program and the Immunization Agenda 2030. Epidemiol. Serv. Saúde, 2023; 32(3): e20231009.
14. ROCHA AARM, SOUZA MKB. Planejamento em saúde: concepções, “tentativas” e desafios para a prática. In: Planejamento e gestão em saúde: caminhos para o fortalecimento das hemorredes. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 15-43.
15. SALVADOR. Secretaria Municipal da Saúde. Diretoria Estratégica de Planejamento e Gestão (DEPG). Plano Municipal de Saúde de Salvador 2022-2025, Diretoria Estratégica de Planejamento e Gestão, 2021. 379 p. Disponível em: <https://saude.salvador.ba.gov.br/plano-municipal-de-saude-2022-2025/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

16. SALVADOR. Secretaria Municipal de Saúde. DataSUS tabnet. datasus.gov.br/tabnet/tabnet. Disponível em: http://www.tabnet.saude.salvador.ba.gov.br/. Acessado em: 15 de dezembro de 2023a.
17. SALVADOR. Distritos sanitários. Prefeitura Municipal de Salvador: Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: http://www.saude.salvador.ba.gov.br/distritos-sanitarios/#1463062280579-ed4fa0c2-1bca. Acesso em: 15 de dezembro de 2023b.
18. SALVADOR. Conselho Municipal de Saúde. Programação Anual de Saúde 2023: versão aprovada em 13 de setembro de 2023. Salvador, 2023. Disponível em: <https://www.saude.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Programacao_Anual_de_Saude_2023_SMS_versao_aprovada_pelo_CMS_13-09-2023.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023c.
19. SATO APS. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil?. Rev. Saúde Pública, 2018; 52: 96.
20. SOARES CLM, et al. Residência em Saúde Coletiva com Concentração em planejamento e gestão em saúde: a experiência do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Divulgação em Saúde para Debate, 2018; 58: 306-314.
21. TEIXEIRA CF, org. Planejamento em saúde: conceitos, métodos, experiências. Salvador: EDUFBA, 2010. 161 p.
22. VILASBÔAS ALQ. Planejamento e programação das ações de vigilância da saúde no nível local do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPJV/PROFORMAR, 2004. 68 p. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/proformar_6.pdf. Acesso em: 19 de junho de 2024.